



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CONSOLIDADO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO A DEZEMBRO/2016 - 3º QUADRIMESTRE(SETEMBRO A DEZEMBRO)**

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS JANEIRO A DEZEMBRO/2016	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>10.099.773.554,89</b>	<b>12.320.173,70</b>
Pessoal Ativo	7.364.838.861,17	10.500.944,67
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.734.934.693,72	1.819.229,03
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>2.974.414.390,82</b>	<b>1.753.614,99</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	118.108.968,59	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	64.282.738,68	93.226,35
Despesas de Exercícios Anteriores	271.854.938,83	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.520.167.744,72	1.660.388,64
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>7.125.359.164,07</b>	<b>10.566.558,71</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>		<b>7.135.925.722,78</b>

<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	12.522.756.874,44
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>	<b>56,98%</b>
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	7.513.654.124,66
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <95% do limite máximo>	7.137.971.418,43
LIMITE DE ALERTA (art. 59, § 1º, II, da LRF) - <90% do limite máximo>	6.762.288.712,20

FONTE:CNAF/SGCO/SATE/SEFAZ - Sig-MT emitido em 18/03/2017 às 08:56h

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.
- Conforme parecer de auditoria nº 532/2015 da CGE, os valores(R\$ 155.533.074,10) das despesas de inativos e pensionistas do Tribunal de Contas e Assembléia Legislativa pagos pela EGE-SAD foram excluído das despesas de pessoal do Executivo.
- Este relatório será publicado conforme orientação CGE sobre retirada do valor de R\$ 16.489.497,06 das despesas de pessoal, vide parecer 1256/2015. Rubrica 1290
- Este relatório será publicado conforme orientação CGE sobre retirada do valor de R\$ 24.987.948,32 das despesas de pessoal, vide parecer 409/2016. Rubrica 2310,2311 e 2312.
- Este relatório será publicado conforme resolução de consulta nº 28/2016 do TCE sobre retirada de valores referente à Defensoria do Poder Executivo. Valor considerado de R\$ 84.086.691,11
- Este relatório será publicado conforme resolução de consulta nº 29/2016 do TCE sobre retirada de valores referente ao IRRF. Valor considerado de R\$ 1.066.310.195,36

ORIGINAL ASSINADO  
**José Pedro Gonçalves Taques**  
Governador do Estado

ORIGINAL ASSINADO  
**Gustavo Pinto Coelho de Oliveira**  
Secretário de Fazenda

ORIGINAL ASSINADO  
**Ciro Rodolfo de Arruda Siqueira**  
Secretário Controlador Geral do Estado

ORIGINAL ASSINADO  
**Francisco Serafim de Barros**  
Secretário Adjunto do Tesouro

ORIGINAL ASSINADO  
**Anésia Cristina Batista**  
Superintendente de Gestão da Contabilidade do Estado



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO - EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO/2016 - 3º QUADRIMESTRE (SETEMBRO A DEZEMBRO)

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS JANEIRO A DEZEMBRO/2016	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>8.215.294.549,24</b>	<b>4.209.191,31</b>
Pessoal Ativo	5.807.581.751,28	2.390.402,28
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.407.712.797,96	1.818.789,03
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>2.541.882.824,96</b>	<b>1.659.948,64</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	110.460.257,18	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	2.110.132,85	(0,00)
Despesas de Exercícios Anteriores	107.608.980,28	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.321.703.454,65	1.659.948,64
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>5.673.411.724,28</b>	<b>2.549.242,67</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>		<b>5.675.960.966,95</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	12.522.756.874,44
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>	<b>45,33%</b>
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	6.136.150.868,48
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <95% do limite máximo>	5.829.343.325,05
LIMITE DE ALERTA (art. 59, § 1º, II, da LRF) - <90% do limite máximo>	5.522.535.781,63

FONTE: CNAF/SGCO/SATE/SEFAZ - Sig-MT emitido em 18/03/2017 às 08:56h

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.
- Conforme parecer de auditoria nº 532/2015 da CGE, os valores (R\$ 155.533.074,10) das despesas de inativos e pensionistas do Tribunal de Contas e Assembléia Legislativa pagos pela EGE-SAD foram excluído das despesas de pessoal do Executivo.
- Este relatório será publicado conforme orientação CGE sobre retirada do valor de R\$ 16.489.497,06 das despesas de pessoal, vide parecer 1256/2015. Rubrica 1290
- Este relatório será publicado conforme orientação CGE sobre retirada do valor de R\$ 24.987.948,32 das despesas de pessoal, vide parecer 409/2016. Rubrica 2310,2311 e 2312.
- Este relatório será publicado conforme resolução de consulta nº 28/2016 do TCE sobre retirada de valores referente à Defensoria do Poder Executivo. Valor considerado de R\$ 84.086.691,11
- Este relatório será publicado conforme resolução de consulta nº 29/2016 do TCE sobre retirada de valores referente ao IRRF. Valor considerado de R\$ 1.014.329.136,01

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
Exercício em que o ente excedeu o limite 2015			Exercício do primeiro período seguinte 2016			Exercício do segundo período seguinte 2016		
2º Quadrimestre			1º Quadrimestre			3º Quadrimestre		
Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
49,00%	51,20%	2,20%	0,73%	50,47%	50,46%	1,46%	49,00%	45,33%

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

ORIGINAL ASSINADO  
José Pedro Gonçalves Taques  
Governador do Estado

ORIGINAL ASSINADO  
Gustavo Pinto Coelho de Oliveira  
Secretário de Fazenda

ORIGINAL ASSINADO  
Ciro Rodolpho de Arruda Siqueira  
Secretário Controlador Geral do Estado

ORIGINAL ASSINADO  
Francisco Serafim de Barros  
Secretário Adjunto do Tesouro

ORIGINAL ASSINADO  
Anésia Cristina Batista  
Superintendente de Gestão da Contabilidade do Estado



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2016 - 3º QUADRIMESTRE (SETEMBRO A DEZEMBRO)

RGF - ANEXO 2 (LRF, Art. 55, inciso I, Alínea "b") R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>7.103.590.792,84</b>	<b>6.703.621.202,19</b>	<b>6.921.131.008,85</b>	<b>6.784.889.079,90</b>
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	7.092.883.766,80	6.692.860.376,15	6.912.689.471,84	6.776.470.873,33
Interna	5.412.836.847,34	5.279.931.876,28	5.580.126.367,62	5.509.825.550,48
Externa	1.680.046.919,46	1.412.928.499,87	1.332.563.104,22	1.266.645.322,85
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	-	-	-	9.767,87
Outras Dívidas	10.707.026,04	10.760.826,04	8.441.537,01	8.408.438,70
<b>DEDUÇÕES (II)*</b>	<b>1.427.293.518,31</b>	<b>1.894.965.785,98</b>	<b>2.378.570.737,52</b>	<b>1.277.360.633,28</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.811.047.827,06	2.107.926.031,80	2.451.295.163,32	2.166.602.799,49
Demais Haveres Financeiros	57.588.245,95	58.428.400,04	59.744.897,50	57.862.382,25
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	441.342.554,70	271.388.645,86	132.469.323,30	947.104.548,46
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>5.676.297.274,53</b>	<b>4.808.655.416,21</b>	<b>4.542.560.271,33</b>	<b>5.507.528.446,62</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.644.440.523,52	12.209.085.734,48	12.816.224.084,57	12.522.756.874,44
% DA DC SOBRE A RCL (II/RCL)	61,00%	54,91%	54,00%	54,18%
% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)	48,75%	39,39%	35,44%	43,98%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <200%>	23.288.881.047,04	24.418.171.468,96	25.632.448.169,14	25.045.513.748,88
LIMITE DE ALERTA ( inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <180%>	20.959.992.942,34	21.976.354.322,06	23.069.203.352,23	22.540.962.373,99

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL				
<b>DÍVIDA CONTRATUAL (IV=V+VI+VII+VIII)</b>	<b>7.092.883.766,80</b>	<b>6.692.860.376,15</b>	<b>6.912.689.471,84</b>	<b>6.776.470.873,33</b>
DÍVIDA DE PPP (V)	-	-	-	-
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	239.136.649,68	226.557.386,56	214.991.745,06	202.782.703,55
De Tributos	-	-	-	-
De Contribuições Sociais	238.880.785,04	226.521.054,68	214.991.745,06	202.782.703,55
Previdenciárias	26.342.273,02	18.682.767,69	11.263.878,47	5.215.247,74
Demais Contribuições Sociais	212.538.512,02	207.838.286,99	203.727.866,59	197.567.455,81
Do FGTS	255.864,64	36.331,88	-	-
Com Instituição Não Financeira	-	-	-	-
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	4.412.700.600,36	4.034.207.987,58	4.193.969.107,19	4.013.957.685,35
Interna	2.732.653.680,90	2.621.279.487,71	2.861.406.002,97	2.747.312.362,50
Externa	1.680.046.919,46	1.412.928.499,87	1.332.563.104,22	1.266.645.322,85
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	2.441.046.516,76	2.432.095.002,01	2.503.728.619,59	2.559.730.484,43
Lei 8.727/93	28.954.681,32	26.464.538,20	23.916.414,49	21.232.336,88
DMLP	427.455.393,67	377.975.308,14	354.603.630,58	356.771.121,05
Lei 9.496/97	1.980.300.603,61	2.023.410.015,15	2.121.054.131,64	2.177.663.281,26
DNPM	-	-	-	-
MP 574/2012	4.335.838,16	4.245.140,52	4.154.442,88	4.063.745,24
<b>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0	0	0	0
DEPÓSITOS	421.478.809,35	369.601.598,49	366.471.733,06	286.281.467,63
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	61.043.846,99	119.637.147,35	92.757.329,83	37.940.655,30
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	-	-	-	-

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)</b>	<b>14.617.428.951,68</b>	<b>14.617.428.951,68</b>	<b>14.617.428.951,68</b>	<b>14.617.428.951,68</b>
Passivo Atuarial	14.617.428.951,68	14.617.428.951,68	14.617.428.951,68	14.617.428.951,68
Demais Dívidas	-	-	-	-
<b>DEDUÇÕES (X)*</b>	<b>11.403.261,04</b>	<b>26.695.430,29</b>	<b>110.963.309,71</b>	<b>37.380.382,31</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	56.775.760,23	72.035.912,18	156.303.791,79	232.951.849,87
Investimentos	-	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	1.687.431,58	1.719.448,88	1.719.448,69	1.072.935,09
(-) Restos a Pagar Processados	47.059.930,77	47.059.930,77	47.059.930,77	196.644.402,65
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>26.584.489,71</b>	<b>54.197.375,91</b>	<b>55.538.705,10</b>	<b>47.830.662,11</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>14.606.025.690,64</b>	<b>14.590.733.521,39</b>	<b>14.506.465.641,97</b>	<b>24.767.696.738,35</b>

FONTE: CNAF/SGCO/SATE/SEFAZ - FIPLAN, FIP215 emitido em 22/03/2017, às 15:13h

\* Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

NOTA

Os valores constantes na coluna "Saldo do Exercício Anterior" correspondem aos valores do 3º Quadrimestre/2015, conforme DOE do dia 12/04/2016.

Alteração na metodologia de cálculo da disponibilidade de caixa bruta no 2º Quadrimestre.

1 - Alteração da MC dos demais haveres financeiros conforme Parcer CGE Nº 0843/2016;

2 - Em Restos a Pagar Processados foi excluído valor referente a Precatórios. Conta contabil 6.3.2.1.2 R\$ 685,30 e conta 6.3.2.7.2 R\$ 9.082,57

ORIGINAL ASSINADO

José Pedro Gonçalves Taques  
Governador do Estado

ORIGINAL ASSINADO

Gustavo Pinto Coelho de Oliveira  
Secretário de Fazenda

ORIGINAL ASSINADO

Ciro Rodolpho de Arruda Siqueira  
Secretário Controlador Geral do Estado

ORIGINAL ASSINADO

Francisco Serafim de Barros  
Secretário Adjunto do Tesouro

ORIGINAL ASSINADO

Anésia Cristina Batista  
Superintendente de Gestão da Contabilidade do Estado



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2016 - 3º QUADRIMESTRE(SETEMBRO A DEZEMBRO)

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	-	-	-	-
Outras Garantias nos Termos da LRF1	-	-	-	-
INTERNAS (II)	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	-	-	-	-
Outras Garantias nos Termos da LRF1	-	-	-	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.644.440.523,52	12.209.085.734,48	12.816.224.084,57	12.522.756.874,44
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <22%>	2.561.776.915,17	2.685.998.861,59	2.819.569.298,61	2.755.006.512,38
LIMITE DE ALERTA (inciso III § 1º do art. 59 da LRF) - <19,80%>	2.305.599.223,65	2.417.398.975,43	2.537.612.368,75	2.479.505.861,14

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	-	-	-	-
Outras Garantias nos Termos da LRF1	-	-	-	-
INTERNAS (VI)	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	-	-	-	-
Outras Garantias nos Termos da LRF1	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	-	-	-	-

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: CNAF/SGCO/SATE/SEFAZ - FIPLAN - FIP215, emitido em 18/03/2017, às 11:18h.

Nota: 1 Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.

ORIGINAL ASSINADO  
**José Pedro Gonçalves Taques**  
 Governador do Estado

ORIGINAL ASSINADO  
**Gustavo Pinto Coelho de Oliveira**  
 Secretário de Fazenda

ORIGINAL ASSINADO  
**Ciro Rodolpho de Arruda Siqueira**  
 Secretário Controlador Geral do Estado

ORIGINAL ASSINADO  
**Francisco Serafim de Barros**  
 Secretário Adjunto do Tesouro

ORIGINAL ASSINADO  
**Anésia Cristina Batista**  
 Superintendente de Gestão da Contabilidade do Estado



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO A DEZEMBRO/2016 - 3º QUADRIMESTRE(SETEMBRO A DEZEMBRO)**

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	-	<b>367.981.088,54</b>
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
<b>Contratual</b>	-	<b>367.981.088,54</b>
<b>Interna</b>	-	<b>355.515.856,23</b>
Abertura de Crédito	-	55.515.856,23
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisições Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Outras Operações de Crédito	-	300.000.000,00
Financiamento de Infraestrutura para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014¹	-	-
<b>Externa</b>	-	<b>12.465.232,31</b>
Abertura de Crédito	-	-
Outras Operações de Crédito	-	12.465.232,31
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	-	-
Parcelamentos de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	-	-
Programa de Iluminação Pública – RELUZ	-	-
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	-	-
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	12.522.756.874,44	
OPERAÇÕES VEDADAS	-	-
Do Período de Referência (III)	-	-
De Períodos Anteriores ao de Referência	-	-
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>367.981.088,54</b>	<b>2,94%</b>
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	2.003.641.099,91	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <14,40%>	1.803.276.989,92	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	876.592.981,21	7,00%
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV+ Ila)</b>	<b>367.981.088,54</b>	<b>2,94%</b>

FONTE: CNAF/SGCO/SATE/SEFAZ - FIPLAN FIP215 emitido em 18.03.2017, às 14:27h

ORIGINAL ASSINADO  
**José Pedro Gonçalves Taques**  
 Governador do Estado

ORIGINAL ASSINADO  
**Gustavo Pinto Coelho de Oliveira**  
 Secretário de Fazenda

ORIGINAL ASSINADO  
**Ciro Rodolpho de Arruda Siqueira**  
 Secretário Controlador Geral do Estado

ORIGINAL ASSINADO  
**Francisco Serafim de Barros**  
 Secretário Adjunto do Tesouro

ORIGINAL ASSINADO  
**Anésia Cristina Batista**  
 Superintendente de Gestão da Contabilidade do Estado





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO/2016 - 3º QUADRIMESTRE(SETEMBRO A DEZEMBRO)

Anexo 6 - LRF, art. 48

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL- EXECUTIVO	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP	5.675.960.966,95	45,33%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <49,00%>	6.136.150.868,48	49,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <46,55%>	5.829.343.325,05	46,55%
DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	5.507.528.446,62	43,98%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	25.045.513.748,88	200,00%
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	-	0,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal <22%>	2.755.006.512,38	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	367.981.088,54	2,94%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	2.003.641.099,91	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	876.592.981,21	7,00%
RESTOS A PAGAR*	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos (Consolidado)	735.523.045,17	974.412.937,92
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos (Poder Executivo)	657.606.041,00	399.606.675,89

FONTES: CNAF/SGCO/SATE/SEFAZ

**ORIGINAL ASSINADO**

**José Pedro Gonçalves Taques**  
Governador do Estado

**ORIGINAL ASSINADO**

**Gustavo Pinto Coelho de Oliveira**  
Secretário de Fazenda

**ORIGINAL ASSINADO**

**Ciro Rodolpho de Arruda Siqueira**  
Secretário Controlador Geral do  
Estado

**ORIGINAL ASSINADO**

**Francisco Serafim de Barros**  
Secretário Adjunto do Tesouro

**ORIGINAL ASSINADO**

**Anésia Cristina Batista**  
Superintendente de Gestão da Contabilidade do Estado